


## SINOPSE DE REUNIÃO

<b>“Reunião de Diretoria Colegiada”</b>	
<b>Documento convocatório:</b> Ofícios CBHLSJ n.º 110/2022, de 03 de junho de 2022	
<b>Data:</b> 14/06/2022 <b>Hora:</b> 10h	<b>Local:</b> Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i> )
<b>Presentes:</b>  <b>Membros:</b> Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Secretário Geral); Edna Calheiros (AMEAS – Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema); Marcos Felipe Vargas (P.M.C.F. – Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama); Murilo Balbino (P.M.R.B).  <b>Convidados:</b> Adriana Saad (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ).	
<b>Pauta Executada:</b>  <b>1) Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (09/05/2022);</b> <b>2) Tratativas sobre o recurso da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos);</b> <b>3) Agendamento de reunião com o INEA;</b> <b>4) Tratativas sobre a Cobrança;</b> <b>5) Assunto Gerais.</b>  <b>Pauta original:</b> <b>1) Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (09/05/2022);</b> <b>2) Tratativas sobre o recurso da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos);</b> <b>3) Agendamento de reunião com o INEA;</b> <b>5) Assunto Gerais.</b>	
<b>Resumo:</b>  A Sra. Adriana Saad iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, solicitou uma inclusão de pauta para tratar sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Abordou-se o primeiro item de pauta, sobre a aprovação da sinopse da reunião do dia 09/05/2022. A sinopse foi aprovada pelos diretores presentes, sem ressalvas. Prosseguiu-se para o segundo item de pauta, referente às tratativas acerca do recurso da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). A Sra. Adriana Saad informou que a Sra. Moema Acselrad, do INEA, propôs a realização de uma reunião com a Diretoria Colegiada e com os representantes do Contrato de Gestão, com o objetivo de esclarecer a situação do recurso do CFURH, que seria o recurso que complementava o custeio da entidade delegatária. Contextualizou que anteriormente era dividido entre a Cobrança e o CFURH, entretanto, após o Governo Federal sancionar uma lei que aprovava que o dinheiro da compensação financeira fosse rateado para os municípios, houve uma redução significativa, de aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para cerca de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no ano de 2021. Em 2022, o recurso do CFURH passou a ser de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), todavia, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) que foram arrestados seriam devolvidos para as contas do CFURH. Assim, seria possível a complementação com esse recurso durante cinco anos, caso fosse destinado aos Comitês. Explanou que se permanecer com a divisão atual dos recursos, o CBHLSJ e CBHMO ficariam no negativo no futuro próximo. Desse modo, a	

reunião com o INEA teria o intuito de lutar pela igualdade na divisão dos valores entre os Comitês. Proferiu que seria de grande importância a união do CBHLSJ e CBHMO para essa discussão e a representatividade de todos os diretores. Explanou que a proposta teria que ser encaminhada através do Fórum Fluminense para o CERHI. O Sr. Marcos Vargas questionou a viabilidade de se tomar uma decisão no sentido de sobrepor a divisão, considerando a finalidade, já que o recurso foi criado para fazer uma compensação direta pela utilização de recursos hídricos. A Sra. Adriana Saad elucidou que o CFURH era um recurso oriundo da compensação ambiental do setor elétrico, que até o ano de 2018 era dividido, em nível nacional, entre os órgãos ambientais e Comitês de Bacia, exclusivamente para o custeio da delegatária. Após a lei ser aprovada, 50% foram dirigidos para os municípios, o INEA passou a receber 25%, assim como os Comitês. Desse modo, 25% do recurso seriam divididos entre os nove Comitês. Contou que, em uma reunião realizada no ano de 2019, o Comitê Guandu se retirou do rateio de recursos do CFURH, pois o recurso proveniente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação já era alto. Todavia, o Comitê Baía de Guanabara, que seria o segundo com maior receita da cobrança, manifestou interesse em continuar recebendo esse recurso. Por conta disto, à época, optou-se por fazer uma divisão inversamente proporcional, em que os Comitês que possuíam maior arrecadação pela Cobrança, recebiam menos do CFURH. Sendo assim, a proposta seria elaborar uma carta assinada pela delegatária e pelo Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta, solicitando que o INEA revisasse a atual divisão e depois seria realizada uma reunião com INEA para discutir este assunto. Por fim, prosseguiriam para o Fórum Fluminense, onde seria confeccionada uma carta para o CERHI. Assim, foi acordado que seria agendada uma reunião com o INEA para tratar sobre o assunto. Prosseguiu-se para o terceiro item de pauta, sobre tratativas acerca da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A Sra. Adriana Saad comunicou que o Contrato de Gestão exige que sejam realizados dois estudos: um sobre o impacto da cobrança sobre os diferentes segmentos de usuários e outro com o levantamento de novos setores usuários na RH VI, visando a análise dos usuários que estavam utilizando água, mas ainda não estavam inclusos na cobrança pelo consumo. Além disto, informou que também deveria ser feita a revisão do valor praticado no PPU (Preço Público Unitário), pois o mesmo estava defasado e precisava ser reajustado. Explanou que para que fosse realizado qualquer aumento no valor cobrado, teria que ser realizada uma oficina com ampla participação e um estudo prévio. Memorou que, quando o PAP atual foi elaborado, não foi prevista uma rubrica de “Cobrança”. Devido a isto, considerando as atuais rubricas existentes, o jurídico orientou que o recurso para realizar o estudo deveria sair da rubrica “Ações de diretoria”. Desse modo, propôs à Diretoria Colegiada, que utilizassem o recurso referente ao ano de 2022, da rubrica de “Ações de Diretoria”, no montante de R\$ 109.799,53 (cento e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), para elaboração dos estudos sobre a cobrança. Assim, a proposta foi colocada em aprovação. O Sr. Leandro Coutinho questionou como estava a cobrança dos outros Comitês. A Sra. Adriana Saad elucidou que os outros Comitês já estão trabalhando no aumento, e que muitos já apresentavam valores de PPU reajustados. Então, a proposta apresentada foi aprovada pelos diretores presentes. A Sra. Adriana Saad comunicou que a resolução seria encaminhada para avaliação da CTIL e depois para aprovação da Plenária. O Sr. Marcos Vargas questionou se a carta para o INEA seria assinada por todos os diretores. A Sra. Adriana Saad confirmou. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, o Sr. Adriana Saad agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

**Registro** **Fotográfico:**



**Relator:** Manuella Souto, revisado por Jéssica Berbat  
**Elaborado em:** 29/08/2022  
**Aprovado em:** 01/03/2023



**EDUARDO GOMES PIMENTA**  
Presidente do CBHLSJ